

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CULTURA: NOVOS OLHARES SOBRE A ESCOLA E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

HISTORY, EDUCATION AND CULTURE: NEW PERSPECTIVES ON SCHOOL AND EDUCATIONAL PRACTICES

Adriana Coelho Biazatti

Mestranda em Ciências da Educação com Especialização em Tecnologias na Educação pela University American Global Tech University

Cleonice Bortolomedi Zitkoski

Mestranda em Ciências da Educação com Especialização em Tecnologias na Educação pela University American Global Tech University

Kamilla de Carvalho Almeida

Mestranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Adnilce Lara Araujo

Mestranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Liliane Oliveira Souza Rodrigues

Mestranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Daiane de Lourdes Alves Velho

Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i18.768>

Aceito em: 15.08.2026

Resumo: O artigo analisa as contribuições da História Cultural para a renovação da História da Educação, com atenção à constituição do campo, à ampliação de objetos e fontes e à interpretação da escola como espaço histórico e cultural. Trata-se de pesquisa bibliográfica, qualitativa e histórico-interpretativa, fundamentada principalmente no estudo de Francisco José Calazans Falcon sobre as relações entre História Cultural e História da Educação e, para a organização metodológica, nas contribuições de Galvão e Ricarte sobre revisão de literatura. A análise evidencia que a trajetória da História da Educação foi marcada por fronteiras disciplinares e institucionais, mas a aproximação com a História Cultural favoreceu a incorporação de práticas, representações, leituras, impressos, mediações, memórias e experiências cotidianas como problemas de investigação. Argumenta-se que a renovação historiográfica não elimina o estudo das instituições e políticas, mas permite articulá-las às apropriações e ações dos sujeitos. Conclui-se que compreender historicamente a educação exige situá-la na complexa trama cultural e social em que se produz, reconhecendo a escola como espaço de circulação, produção e transformação de saberes e sentidos.

Palavras-chave: História da Educação. História Cultural. Cultura escolar. Práticas educativas. Historiografia.

Abstract: This article analyzes the contributions of Cultural History to the renewal of the History of Education, focusing on the constitution of the field, the expansion of objects and sources, and the interpretation of school as a historical and cultural space. It is a qualitative, bibliographic, historical-interpretive study mainly grounded in Francisco José Calazans Falcon's discussion of the relations between Cultural History and the History of Education and, for methodological organization, in Galvão and Ricarte's contributions on literature reviews. The analysis shows that the trajectory of the History of Education was marked by disciplinary and institutional boundaries, while its rapprochement with Cultural History encouraged the incorporation of practices, representations, reading, printed materials, mediations, memories, and everyday experiences as research problems. The study argues that historiographical renewal does not eliminate the investigation of institutions and policies but enables their articulation with subjects' appropriations and actions. It concludes that historically understanding education requires situating it within the complex cultural and social fabric in which it is produced and recognizing school as a space for the circulation, production, and transformation of knowledge and meanings.

Keywords: History of Education. Cultural History. School culture. Educational practices. Historiography.

1 Introdução

A História da Educação ocupa uma posição singular entre os estudos históricos e o campo educacional. Sua trajetória foi marcada por aproximações, distanciamentos e disputas acerca de seu lugar institucional, de seus objetos e de seus referenciais teórico-metodológicos. Ao examinar a produção historiográfica a partir da década de 1970, Falcon (2006) identifica uma presença crescente da História Cultural nos debates historiográficos e, simultaneamente, uma ausência recorrente da História da Educação em obras dedicadas aos novos problemas, objetos e abordagens da História. Essa constatação permite problematizar as fronteiras disciplinares que, durante longo período, mantiveram os fenômenos educativos relativamente afastados da chamada oficina do historiador.

O distanciamento não significa que educação e cultura constituam realidades separadas. Ao contrário, processos educativos participam da transmissão cultural, da formação de mentalidades, das práticas sociais e das formas pelas quais diferentes grupos produzem sentidos sobre o mundo. Falcon (2006) destaca que a educação deve ser compreendida como tema e objeto necessário à investigação da formação cultural de uma sociedade. Tal perspectiva amplia o campo de observação para além de instituições, legislações e grandes reformas, possibilitando investigar práticas, representações, impressos, leituras, memórias, mediadores e experiências cotidianas.

A renovação historiográfica associada à História Cultural favoreceu essa ampliação. Ao deslocar a atenção para práticas e representações, circulação e apropriação, objetos materiais e simbólicos, os estudos históricos passaram a reconhecer que a cultura não se encontra isolada

das dimensões políticas, econômicas e sociais. Para Falcon (2006), o cultural pode ser entendido como dimensão presente no fazer humano, o que impede sua redução a um conjunto rígido de objetos previamente classificados como culturais.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da História Cultural para a compreensão da História da Educação, destacando a constituição do campo, a ampliação de objetos e fontes e as possibilidades de interpretação das práticas educativas e da cultura escolar. A questão orientadora é: de que maneira a aproximação entre História Cultural e História da Educação contribui para renovar a compreensão da escola, das práticas educativas e dos sujeitos históricos?

Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e caráter histórico-interpretativo. O estudo toma como corpus principal o artigo de Francisco José Calazans Falcon sobre História Cultural e História da Educação e utiliza Galvão e Ricarte (2019) para fundamentar a organização da pesquisa bibliográfica e a explicitação de procedimentos de revisão. Não se reivindica, entretanto, a realização de uma revisão sistemática completa, pois o corpus foi previamente delimitado pelos materiais selecionados para este estudo.

2 História e educação: aproximações e distanciamentos

A constituição da História da Educação como campo não ocorreu de maneira linear. Falcon (2006) demonstra que parte importante de sua trajetória institucional esteve vinculada às ciências da educação e à formação do magistério, e não aos departamentos de História. Essa origem ajuda a compreender por que a História da Educação foi, em determinados contextos, percebida mais como ciência auxiliar da Educação do que como especialização temática da História.

As fronteiras institucionais produziram consequências epistemológicas. Quando os fenômenos educativos permanecem circunscritos a um domínio considerado exclusivamente pedagógico, corre-se o risco de enfraquecer sua contextualização histórica. A escola, os currículos, os métodos de ensino e as formas de formação docente não surgem isoladamente; são constituídos em relações sociais e culturais que precisam ser interpretadas temporalmente.

Falcon (2006) recupera debates sobre a constituição histórica do campo brasileiro e observa a presença de diferentes vertentes, entre elas a tradição historiográfica, as escolas de formação do magistério e a produção acadêmica. A partir da década de 1980, a criação de grupos de pesquisa e espaços institucionais específicos contribuiu para ampliar horizontes investigativos, incorporando perspectivas como história das mentalidades, pós-estruturalismo e História Cultural.

Esse movimento foi acompanhado pela consolidação de organizações e periódicos especializados. O crescimento do campo não eliminou as tensões sobre sua autonomia, mas fortaleceu a preocupação com seus pressupostos teóricos e metodológicos. A questão deixou de

ser apenas onde institucionalmente a História da Educação deveria estar localizada e passou a envolver como os fenômenos educativos podem ser tratados historicamente.

A distinção proposta por Falcon (2006) entre as chamadas “histórias de” e as histórias adjetivadas ajuda a compreender a controvérsia. História da educação, da arte, da ciência ou da filosofia pode ser concebida como história aplicada a um objeto particular. Já história política, social, econômica ou cultural pode indicar dimensões de abordagem do real histórico. O problema surge quando essas divisões se transformam em compartimentos estanques e dificultam a comunicação entre campos.

A História da Educação encontra-se, assim, numa zona de intersecção. Ela necessita dos conhecimentos produzidos pelas ciências da educação, mas sua interpretação histórica requer contextualização, crítica das fontes, temporalidade e atenção às relações entre fenômenos educativos e sociedade. Essa característica interdisciplinar não representa fragilidade; pode constituir uma de suas principais possibilidades analíticas.

2.1 A constituição da história da educação como campo de investigação

A análise de Falcon (2006) indica que a institucionalização da História da Educação no Brasil esteve relacionada a condições específicas de formação acadêmica e organização universitária. As reformas universitárias e a separação de antigas faculdades em novos institutos tornaram visíveis dificuldades para incorporar determinadas histórias setoriais aos departamentos de História. Tradições institucionais, razões práticas e argumentos teóricos contribuíram para a permanência dessas disciplinas em outros espaços.

Ao longo do tempo, porém, a pesquisa histórico-educacional ampliou seus vínculos com a historiografia. A criação do Grupo de Trabalho História da Educação na ANPED, em 1984, do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, em 1986, da Sociedade Brasileira de História da Educação, em 1999, e da Revista Brasileira de História da Educação, em 2001, é apresentada por Falcon como parte de um processo de fortalecimento do campo.

Essas iniciativas indicam não somente crescimento quantitativo, mas uma preocupação com as formas de produzir conhecimento histórico sobre educação. O diálogo com tendências historiográficas contemporâneas permitiu questionar narrativas excessivamente lineares, institucionais ou orientadas pelo presente, abrindo espaço para novos problemas e escalas de análise.

2.2 História cultural e renovação historiográfica

A História Cultural tornou-se uma referência importante para essa renovação. Falcon (2006) mostra que, a partir de meados da década de 1970, a dimensão cultural ganhou reconhecimento crescente na historiografia. Essa transformação não significou simplesmente

acrescentar novos temas a um repertório já existente. Ela alterou perguntas, categorias e maneiras de interpretar o passado.

A concepção de Chartier, discutida por Falcon (2006), orienta a História Cultural para a investigação de como realidades sociais são construídas, pensadas e dadas a ler. As representações não são tomadas como reflexos neutros de uma realidade externa, mas como formas socialmente produzidas de perceber e organizar o mundo. Para a História da Educação, essa abordagem possibilita investigar como escola, infância, professor, aluno, disciplina, leitura e conhecimento foram representados em diferentes contextos.

Falcon (2006) chama atenção para duas possibilidades: uma História Cultural concentrada em objetos reconhecidos como culturais e outra centrada em pressupostos metodológicos capazes de abordar práticas e representações sociais. A segunda possibilidade é especialmente produtiva para a História da Educação porque permite analisar fenômenos educativos em sua inserção mais ampla, sem restringir cultura a produções eruditas.

A crítica às oposições rígidas entre cultura erudita e popular também amplia o horizonte. As relações culturais envolvem misturas, apropriações, deslocamentos e conflitos. Desse modo, práticas escolares não podem ser compreendidas apenas como imposições institucionais. Professores, estudantes, famílias e outros sujeitos interpretam, adaptam e ressignificam normas, materiais e saberes.

2.3 Novos objetos, fontes e sujeitos da pesquisa histórico-educacional

A aproximação entre História Cultural e História da Educação favoreceu a busca por novos objetos. Falcon (2006), ao recuperar a literatura do campo, menciona a presença crescente de estudos sobre leituras, impressos, circulação, apropriação, representações, saberes e culturas escolares. Esses temas deslocam o olhar de uma história restrita às políticas oficiais para uma história atenta às experiências e práticas.

Fontes antes consideradas secundárias podem adquirir centralidade: livros didáticos, cadernos, jornais escolares, correspondências, fotografias, registros de professores, impressos pedagógicos e memórias. O valor histórico desses materiais não está apenas no conteúdo explícito, mas nas práticas de produção, circulação e uso que permitem reconstruir aspectos da vida educativa.

A ampliação das fontes também amplia os sujeitos. Uma história centrada exclusivamente em autoridades e reformas tende a tornar estudantes, professores e comunidades figuras passivas. A História Cultural permite indagar como esses sujeitos participaram da construção das experiências escolares, que sentidos atribuíram às práticas e como negociaram normas e valores.

Essa abertura exige cuidado metodológico. A diversidade documental não autoriza interpretações livres de critérios. Cada fonte precisa ser contextualizada, relacionada às condições

de produção e confrontada com outras evidências. A renovação dos objetos, portanto, deve caminhar junto com a consistência do trabalho historiográfico.

3 Cultura escolar, práticas e representações

A escola pode ser compreendida como espaço histórico e cultural. Ela organiza tempos, espaços, saberes, rituais, regras, linguagens e relações que variam conforme os contextos. Ao tratar o cultural como dimensão transversal da realidade histórica, Falcon (2006) oferece elementos para compreender que o cotidiano escolar não é mero cenário de aplicação de decisões externas, mas espaço de produção de sentidos.

A noção de práticas permite observar aquilo que os sujeitos efetivamente fazem com normas, prescrições e materiais. Já a atenção às representações permite investigar como esses sujeitos compreendem a realidade escolar e como constroem imagens de si e dos outros. A combinação dessas dimensões evita tanto uma história limitada às ideias quanto uma descrição de comportamentos sem interpretação.

Na síntese apresentada por Falcon (2006), a História Cultural pode abranger políticas e instituições culturais, mediações e mediadores, práticas culturais, signos, símbolos, sensibilidades e formas de representação do mundo. Esses eixos dialogam diretamente com a educação: políticas escolares, circulação de saberes, professores como mediadores, práticas de leitura, rituais, símbolos institucionais e memórias coletivas podem ser tratados como problemas históricos.

A escola, nesse sentido, participa de processos mais amplos de transmissão cultural. O ensino é uma das atividades institucionais de difusão da cultura mencionadas no debate historiográfico recuperado por Falcon. Isso permite situar os fenômenos escolares em relação a outros meios de circulação cultural, como edição, imprensa, meios de comunicação, igrejas e organizações sociais.

Essa perspectiva também questiona a ideia de cultura como realidade homogênea. Falcon (2006), ao discutir Duby, destaca a necessidade de reconhecer a existência de culturas no plural e de evitar a representação de povo e elite como blocos uniformes. No campo educacional, tal princípio recomenda atenção às diferenças de grupos, posições sociais, experiências e formas de apropriação.

Por isso, estudar historicamente a escola significa observar simultaneamente permanências e mudanças. Tradições são transmitidas, mas podem ser modificadas. Valores podem permanecer em documentos oficiais e adquirir sentidos distintos na prática. Materiais podem circular por diferentes espaços e ser utilizados de formas não previstas por seus produtores.

3.1 A escola como espaço histórico e cultural

Considerar a escola como espaço histórico significa recusar sua naturalização. A organização escolar conhecida no presente resulta de processos de institucionalização, disputas

e escolhas acumuladas. Horários, séries, disciplinas, métodos e formas de avaliação possuem história e, portanto, podem ser investigados como construções sociais.

A dimensão cultural acrescenta a análise dos sentidos. Não basta saber quando uma instituição foi criada ou quando determinada norma entrou em vigor. É necessário compreender como tais elementos foram interpretados e vivenciados. Essa mudança de foco aproxima a pesquisa da experiência cotidiana sem abandonar as estruturas sociais e políticas que a condicionam.

A História Cultural possibilita, assim, articular o institucional e o cotidiano. A norma é relevante, mas também o modo como foi apropriada; o currículo prescrito importa, mas igualmente os usos efetivos; o livro existe como objeto material, porém sua leitura e circulação produzem outros níveis de análise.

3.2 Saberes, práticas educativas e experiências dos sujeitos

Os saberes escolares não chegam à sala de aula de forma neutra. Eles são selecionados, organizados, legitimados e transformados. Investigar historicamente esses processos permite compreender por que determinados conhecimentos foram valorizados em certos períodos e como se relacionaram com projetos de sociedade.

As práticas educativas também são atravessadas por experiências dos sujeitos. Professores interpretam orientações, elaboram estratégias e produzem modos de ensinar; estudantes constroem relações específicas com os saberes; famílias e comunidades atribuem expectativas à escola. A História da Educação ganha densidade quando essas experiências são consideradas em sua historicidade.

Esse enfoque não substitui a análise de políticas ou instituições, mas amplia sua interpretação. Decisões oficiais podem produzir efeitos diversos conforme os contextos locais. A pesquisa histórica pode revelar justamente as distâncias, aproximações e negociações entre prescrições e práticas.

3.3 Memória, leitura, impressos e cotidiano escolar como fontes históricas

Os estudos sobre textos, impressos e leituras aparecem em Falcon (2006) como um dos pontos de aproximação entre História Cultural e História da Educação. Livros e outros materiais escritos podem ser analisados não apenas pelo conteúdo, mas por sua circulação, formas de leitura e usos sociais.

A memória também pode contribuir para reconstruir experiências educativas, desde que tratada criticamente. Recordações não são reproduções exatas do passado; são narrativas produzidas em determinado presente. Seu valor histórico reside justamente na possibilidade de investigar sentidos atribuídos às experiências.

O cotidiano escolar oferece outro campo fecundo. Pequenos registros podem revelar práticas que documentos normativos não mostram. A atenção a esses vestígios permite aproximar a investigação das relações efetivamente vividas, mantendo a necessidade de contextualização e crítica documental.

4 Percurso metodológico

O artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, qualitativa e histórico-interpretativa. O corpus principal é composto pelo estudo “História cultural e história da educação”, de Francisco José Calazans Falcon, publicado na Revista Brasileira de Educação, e pelo artigo “Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação”, de Maria Cristiane Barbosa Galvão e Ivan Luiz Marques Ricarte.

A opção pela pesquisa bibliográfica decorre do objetivo de discutir conceitos, relações historiográficas e possibilidades metodológicas a partir de produção científica previamente selecionada. Galvão e Ricarte (2019) assinalam que revisar literatura é atividade essencial para identificar lacunas, conhecer estudos existentes e situar contribuições. Os autores diferenciam, contudo, uma revisão de conveniência de uma revisão sistemática, esta última caracterizada por protocolos explícitos, estratégias de busca reproduzíveis e critérios definidos de inclusão, exclusão e análise.

O presente estudo não é apresentado como revisão sistemática completa. Não foram realizadas buscas exaustivas em múltiplas bases nem fluxo PRISMA. Utilizam-se, porém, princípios metodológicos defendidos por Galvão e Ricarte (2019), como delimitação clara da questão, explicitação do corpus, sistematização das informações e reconhecimento das limitações do estudo.

A análise do corpus foi organizada em categorias derivadas do material: constituição da História da Educação; relações entre História Cultural e educação; práticas e representações; ampliação de objetos e fontes; cultura e cotidiano escolar; interdisciplinaridade e desafios historiográficos. As referências complementares incorporadas ao artigo são aquelas mobilizadas pelo próprio texto de Falcon, evitando atribuir aos autores posições que não estejam apoiadas no material fornecido.

A limitação principal decorre do corpus restrito. O artigo não pretende representar toda a produção brasileira em História da Educação nem substituir uma revisão sistemática da área. Seu objetivo é construir uma discussão teórica consistente a partir das fontes disponibilizadas, indicando possibilidades de investigação e articulação conceitual.

5 Análise e discussão

A análise permite identificar que a aproximação entre História Cultural e História da Educação produz pelo menos quatro deslocamentos relevantes. O primeiro é disciplinar: a

educação deixa de ser percebida como objeto externo ao trabalho do historiador e passa a ser reconhecida como dimensão necessária para compreender processos de formação cultural.

O segundo deslocamento é temático. O interesse por reformas, instituições e grandes educadores não desaparece, mas passa a conviver com investigações sobre leitura, impressos, práticas, representações, memórias, circulação e cultura cotidiana. Essa ampliação contribui para produzir uma história menos centrada exclusivamente em decisões oficiais.

O terceiro deslocamento é metodológico. Se a realidade social é construída, pensada e dada a ler de modos distintos, como indica a perspectiva de Chartier recuperada por Falcon (2006), as fontes precisam ser analisadas como produções situadas. Um documento escolar não apenas informa sobre uma realidade; ele participa da construção de determinada representação dessa realidade.

O quarto deslocamento refere-se aos sujeitos. A atenção às práticas possibilita reconhecer professores, estudantes, famílias e mediadores culturais como participantes da história. Eles não aparecem somente como destinatários de políticas, mas como agentes que interpretam e transformam prescrições.

Esses deslocamentos reforçam a natureza interdisciplinar da História da Educação. Falcon (2006) argumenta que a História Cultural não deve ser pensada simplesmente como uma disciplina especializada, mas como campo multi e interdisciplinar capaz de articular questões dispersas. A educação se beneficia dessa abertura porque seus fenômenos atravessam dimensões institucionais, sociais, políticas e culturais.

Entretanto, interdisciplinaridade não significa ausência de método. Galvão e Ricarte (2019) ajudam a destacar a necessidade de explicitar procedimentos de pesquisa, critérios e limitações. Embora sua discussão se concentre em revisões sistemáticas, o princípio da transparência metodológica é pertinente ao trabalho bibliográfico em História: o leitor precisa compreender quais materiais sustentam a análise e como foram utilizados.

Outro ponto relevante é a necessidade de evitar anacronismos e leituras orientadas exclusivamente por preocupações do presente. A contextualização histórica permite compreender práticas educativas segundo condições próprias de seu tempo. Isso não impede que perguntas contemporâneas orientem a investigação, mas exige distinguir o problema formulado pelo pesquisador das categorias e experiências dos sujeitos históricos.

A discussão de Falcon também mostra que o educativo ultrapassa o escolar. Processos de transmissão cultural ocorrem em diferentes instituições e práticas sociais. Essa observação amplia a História da Educação para experiências de formação que podem ocorrer fora da escola e ajuda a relacionar escolarização com meios de comunicação, grupos sociais, práticas religiosas e outras formas de circulação de saberes.

A escola, contudo, permanece um espaço privilegiado para observar essas relações. Nela se encontram políticas, práticas, objetos, discursos, rotinas e sujeitos. Uma abordagem histórico-

cultural pode articular essas dimensões, evitando tanto uma leitura institucional abstrata quanto uma microanálise desconectada de processos sociais mais amplos.

Dessa maneira, novos olhares sobre a escola não significam abandonar problemas clássicos da História da Educação. Significam recolocá-los a partir de perguntas diferentes. Uma reforma pode ser estudada por suas prescrições e também por suas apropriações; um livro didático, por seu conteúdo e por suas práticas de leitura; uma instituição, por sua estrutura e por suas experiências cotidianas.

O resultado é uma compreensão mais complexa da educação como processo histórico. A formação cultural de uma sociedade envolve disputas sobre conhecimentos, valores, comportamentos e identidades. A História da Educação pode contribuir para tornar visíveis essas disputas e mostrar que práticas escolares consideradas naturais são produtos de processos específicos.

A articulação entre História Cultural e História da Educação, portanto, não deve ser compreendida apenas como mudança terminológica. Ela implica reconsiderar objetos, fontes, sujeitos e escalas. Seu potencial está em produzir interpretações que conectem experiências educativas à totalidade das relações culturais e sociais sem reduzir uma dimensão à outra.

5.1 Da história institucional às práticas culturais da educação

A passagem de uma história predominantemente institucional para abordagens atentas às práticas culturais não significa ruptura absoluta. Instituições continuam relevantes porque organizam normas, recursos e relações de poder. O que se modifica é a forma de interrogá-las.

A instituição escolar pode ser investigada por documentos administrativos, mas também pelos modos como suas regras foram vividas. Esse movimento possibilita perceber contradições entre prescrições e experiências e reconhecer que a cultura escolar se constrói na interação entre diferentes agentes.

A História Cultural oferece, assim, recursos para integrar estrutura e experiência. A análise histórica ganha profundidade quando documentos oficiais são relacionados a materiais do cotidiano, permitindo compreender como projetos educacionais foram apropriados em situações concretas.

5.2 As contribuições da história cultural para compreender a escola

Entre as principais contribuições está a valorização das representações. A escola produz imagens sobre infância, conhecimento, disciplina e cidadania, ao mesmo tempo em que é representada por diferentes grupos. Investigar essas construções ajuda a compreender expectativas e conflitos em torno da educação.

Outra contribuição é a atenção às mediações. Falcon (2006), ao recuperar Rioux, inclui a história das mediações e mediadores entre os grandes blocos da História Cultural. Professores, livros, imprensa e instituições podem atuar como transmissores e transformadores de saberes.

Finalmente, a noção plural de cultura impede que a escola seja tratada como espaço homogêneo. Diferenças sociais e experiências distintas atravessam práticas educativas. A análise precisa reconhecer circulação, interferências e combinações entre culturas.

5.3 Desafios contemporâneos da pesquisa em história da educação

Um primeiro desafio é manter o diálogo interdisciplinar sem perder a especificidade da investigação histórica. A abertura a conceitos de outras áreas deve ser acompanhada por crítica das fontes, contextualização e atenção à temporalidade.

Outro desafio é a transparência metodológica. Galvão e Ricarte (2019) mostram que revisões sistemáticas exigem descrição explícita de bases, estratégias, seleção e análise. Embora nem toda pesquisa histórica deva seguir esse desenho, a preocupação com procedimentos claros fortalece a confiabilidade do trabalho acadêmico.

Há ainda o desafio de equilibrar ampliação temática e profundidade analítica. Novos objetos não são, por si mesmos, garantia de inovação. O valor de uma pesquisa depende da qualidade das perguntas, do tratamento das fontes e da capacidade de relacionar evidências e contexto.

6 Considerações finais

Este artigo analisou as contribuições da História Cultural para a História da Educação, tomando como referência principal a discussão desenvolvida por Francisco José Calazans Falcon. A análise mostrou que a separação histórica entre os campos esteve relacionada a tradições disciplinares e institucionais, mas que transformações ocorridas especialmente a partir das últimas décadas do século XX favoreceram aproximações significativas.

A História Cultural ampliou possibilidades de investigação ao valorizar práticas, representações, mediações, circulação, impressos, leituras e diferentes formas de experiência. Com isso, a História da Educação passou a dispor de instrumentos para observar a escola não apenas como instituição normativa, mas como espaço de produção cultural.

A ampliação dos objetos também favoreceu maior visibilidade aos sujeitos. Professores, estudantes e comunidades podem ser investigados em suas formas de apropriação e participação, sem que as políticas, instituições e estruturas deixem de ser consideradas. A riqueza da abordagem reside justamente na articulação entre essas dimensões.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica precisa explicitar seus limites e procedimentos. Galvão e Ricarte (2019) demonstram que a revisão sistemática possui requisitos específicos de reprodutibilidade que não foram integralmente adotados neste artigo. Por essa

razão, o trabalho foi corretamente caracterizado como pesquisa bibliográfica qualitativa, e não como revisão sistemática.

Conclui-se que História, Educação e Cultura constituem campos de diálogo indispensável para compreender a formação social. A educação é parte da transmissão, produção e transformação cultural e, por isso, sua história não pode ser isolada das relações sociais mais amplas. Investigar historicamente práticas educativas significa compreender como diferentes sociedades produziram formas de ensinar, aprender, representar e organizar a experiência escolar.

Como limite, o corpus utilizado é restrito. Pesquisas futuras podem ampliar a investigação para outros estudos historiográficos, comparar diferentes concepções de cultura escolar e examinar empiricamente arquivos escolares, impressos, memórias e práticas locais. Ainda assim, os materiais analisados sustentam a relevância de uma História da Educação aberta ao diálogo historiográfico e comprometida com a contextualização rigorosa de seus objetos.

Referências

- BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998. p. 329-353.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.
- FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 328-339, maio/ago. 2006.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. LOGEION: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set. 2019/fev. 2020.
- GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991.
- HUNT, Lynn (org.). A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). História: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga; LIMA E FONSECA, Thais Nivia de (orgs.). História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.
- RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Pour une histoire culturelle. Paris: Seuil, 1997.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880/1970). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

WARDE, Miriam Jorge. Contribuições da história para a educação. Em Aberto, Brasília, ano 9, n. 47, p. 3-11, jul./set. 1990.